

INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EXTERIOR: SUPERANDO OS OBSTÁCULOS

- *A perda de posição do Brasil como emissor de investimentos no exterior é um fator de preocupação para a indústria, já que a atividade é estratégica e traz benefícios para as empresas e ao conjunto da economia do país.*
- *O Brasil ainda não conta com uma política consistente para o apoio ao investimento de suas empresas no exterior.*
- *O tratamento tributário concedido pelos países – sobretudo ao lucro gerado pelo investimento no exterior – é o elemento mais importante de uma política bem-sucedida para dar competitividade às operações das empresas no exterior.*

O Brasil tem sido, entre os países emergentes, um retardatário no processo de internacionalização produtiva de suas empresas. O país tem perdido, ininterruptamente, participação nos fluxos e estoque de investimentos no exterior, inclusive para economias menores como Chile, Malásia ou México, países que passaram a apoiar mais a atividade de investimento de suas empresas no exterior.

Para empresas que competem globalmente, internacionalização não é uma alternativa, mas sim uma necessidade e parte da dinâmica da concorrência internacional. A não realização de investimentos produtivos em outros países pode acarretar não apenas na perda de posição frente a competidores no mercado mundial, mas também no enfraquecimento da empresa no mercado doméstico, com impactos negativos na geração de emprego e na competitividade do país.

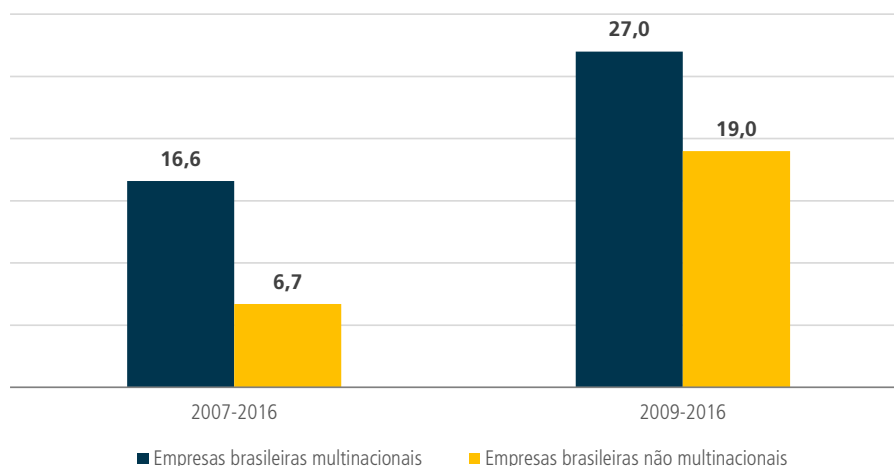
Internacionalização é o caminho para enfrentar transformações no plano tecnológico e produtivo. O investimento em fábricas ou em atividades de apoio à exportação, serviços pós-venda e pesquisa e desenvolvimento em outros países, muitas vezes, não é uma escolha, mas uma necessidade para que as empresas possam dar continuidade a sua linha de produtos, conhecer seus

competidores no plano tecnológico e ter acesso a centros de pesquisas e tecnologias de ponta.

Os investimentos no exterior trazem benefícios para a economia de um país como um todo e não apenas para as empresas investidoras. Estudos de casos com empresas internacionalizadas, conduzidos no Brasil e internacionalmente, comprovam que os investimentos no exterior têm impactos positivos sobre a produtividade e impulsionam a inovação, com a incorporação de tecnologia e de melhores práticas de gestão também nas operações domésticas.

Falta ao Brasil um conjunto coerente de políticas que contribuam para um ambiente que permita às empresas investirem no exterior em igualdade de condições com seus competidores.

As regras de tributação de lucros das multinacionais brasileiras (tributação dos lucros em bases universais) oneram suas operações fora do país e reduzem sua competitividade. Além disso, falta ao Brasil celebrar Acordos para Evitar Dupla Tributação (ADTs) com parceiros estratégicos, aprimorar sua legislação de preços de transferência, reduzir o custo para a expatriação de mão de obra e criar instrumentos contra riscos políticos em suas operações no exterior.

CRESCIMENTO ACUMULADO DAS EXPORTAÇÕES: COMPARAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS
BRASILEIRAS EXPORTADORAS QUE POSSUEM INVESTIMENTOS NO EXTERIOR
(MULTINACIONAIS BRASILEIRAS) E AS QUE NÃO POSSUEM (EM %)

Fonte: FUNCEX/CNI com dados do IBGE.

Principais recomendações

Uma política consistente de apoio aos investimentos no exterior necessita atacar, ao menos, quatro áreas de políticas que afetam a competitividade das empresas transnacionais brasileiras. A seguir são relacionadas as principais recomendações de cada área:

Tributação

- 1 Aprimorar o regime brasileiro de tributação de lucros auferidos no exterior.
- 2 Rever critérios para enquadramento dos países como regime de tributação facilitada (RTF).
- 3 Aproximar o modelo de ADTs do Brasil ao da convenção-modelo da OCDE e ampliar a rede brasileira de ADTs.
- 4 Aprimorar a lei brasileira de preços de transferência.
- 5 Reduzir a zero o IOF sobre operações de investimentos no exterior.

Legislação trabalhista e previdenciária

- 6 Atualizar a lei de expatriação de mão de obra.
- 7 Ampliar e melhorar a rede brasileira de acordos previdenciários.

Financiamento e garantias

- 8 Conceder, pelo Fundo de Garantia às Exportações (FGE), garantia contra riscos políticos e extraordinários.
- 9 Criar instrumento para a concessão pelo FGE de garantia contra o risco do investimento direto de empresas brasileiras no exterior.
- 10 Oferecer garantias às operações de financiamento no mercado financeiro internacional ou no sistema financeiro local do país de destino do investimento.

Acordos de investimentos

- 11 Ampliar a rede brasileira de acordos de cooperação e facilitação de investimentos (ACFIs).
- 12 Manter estreitos canais de comunicação entre governo e empresas transnacionais brasileiras durante a negociação e a implantação dos ACFIs.
- 13 Internalizar com celeridade os acordos de investimentos já celebrados pelo Brasil.
- 14 Operacionalizar a figura do Ombudsman na Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Acesse a versão completa do documento por meio do QR code ao lado ou em: <http://www.cni.com.br/eleicoes2018/downloads/> Este resumo é parte da série *Propostas da Indústria para as Eleições 2018*, composta por 43 documentos. A série, baseada no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, é uma contribuição da CNI para o novo governo e apresenta análises e propostas das prioridades para aumentar a competitividade do Brasil. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Brasília-DF, julho de 2018.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA